

Ferreira, A. P., Garcia, L. D., Dores, M., & Sequeira, O. (2024). *Between lines and notarial marks: Documentation Sciences in rebuilding the past.* Publicações do CIDEHUS

Ricardo Seabra

Resultado do II Congresso Internacional de Paleografia e Diplomática, a obra *Between lines and notarial marks: Documentation Sciences in rebuilding the past*, publicada em formato digital¹ pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, é dirigida por Ana Pereira Ferreira, Leonor Dias Garcia, Marcus Dores e Ofélia Sequeira e apresenta oito contribuições de vários especialistas nas áreas de Paleografia, Diplomática, Sigilografia e Codicologia.

Inicia-se com uma breve introdução da autoria dos seus responsáveis, sendo o primeiro contributo o de Ana Catarina Soares sobre *Arengas como espelho da filosofia política do Portugal medieval: As Ordenações Afonsinas*. Existem alguns estudos sobre preâmbulos na época medieval portuguesa, embora esta perspetiva apresente uma novidade característica – o viés propagandístico que estes tipos de cláusulas poderiam ter na legislação de D. Afonso V (1438-1481). A autora formula uma reflexão retórica sobre as arengas jurídicas (com base no Direito Civil e no Direito Canónico), enriquecida pela consulta de outras compilações, como o *Livro das Leis e Posturas*, *Opinião de Bártolo*, *Glosas de Acúrsio* e *Corpus Iuris Civilis*. Relativamente às arengas não jurídicas, subdivide-as em bíblicas (referentes à boa justiça, ou seja, julgar de forma justa e razoada), éticas e bélicas. As arengas éticas são analisadas em quatro vertentes: “Bem-comum”, “Boa justiça”, “A referência aos antepassados” e a “Origem divina do poder”, refletindo sobre a moral política vigente e origem divina do poder régio. No entanto, no que às arengas bélicas diz respeito, são classificados três tipos de guerra: a injusta, a *civilis* e a justa. A autora destaca particularmente a última, como justificação da necessidade de fazer guerra, sempre racional e em defesa dos reinos, tanto o terrestre como o divino. Este estudo demonstra fundamentalmente como estas cláusulas ilustram o espelho, sublinhamos teórico, da figura que o próprio monarca pretendia transmitir de si e, sobretudo, da Coroa.

Jordi Saura-Nadal debruça-se sobre a nomeação de notários reais na Catalunha durante o reinado de Juan I “el Cazador” (1387-1396). De facto, a riqueza da produção documental relativa ao notariado, tanto catalão como aragonês, comparativamente à realidade portuguesa, é avassaladora. Deste modo, damos particular relevo às fontes utilizadas pelo autor, como os 24 registos *Gratiarum* e dois *Firmarum Notariorum* da chancelaria régia. Ao estudar o processo de nomeação daqueles agentes da escrita, refere o documento principal desse procedimento,

¹ <https://books.openedition.org/cidehus/24802>

denominado “carta de notaria”, que na Catalunha vigorava o *privilegium tabellionatus*, ou seja, o direito legítimo de exercer o ofício. Tendo em conta que as cartas de tabeliado – conhecidas pelos estudiosos do notariado medieval português – podem conter informação semelhante (no que diz respeito ao juramento e à *auctoritas*, por exemplo), a diferença assinalável deste trabalho consiste na comparação dos registos referidos supra que permitem determinar os dias exatos que distanciam a criação do notário e o juramento. Inclusivamente, o autor apresenta um gráfico onde demonstra o tempo entre a criação e o juramento. A amostra total para o período estudado contempla 777 nomeações outorgadas por Juan I, na qual é analisada a sua procedência (Figura 4) e o âmbito de competência (Figura 5). Assim, o notariado real catalão, durante o referido reinado, apresenta um carácter essencialmente urbano (com destaque para Barcelona), embora territorialmente disperso, concentrado nas cidades e vilas onde o domínio régio é mais forte. A abordagem do autor é sobretudo quantitativa e prosopográfica.

As novas tecnologias digitais também são referidas nesta obra como ferramenta de investigação. Hervé Baudry em «*Transcrever os processos da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*», *Um projeto de paleografia digital: Como e porquê?*, apresenta o trabalho efetuado pelo projeto *Transcrever os processos da Inquisição Portuguesa (1536-1821)* (TraPrInq), que utiliza ferramentas de reconhecimento da escrita (HTR, Handwritten Text Recognition), nomeadamente a plataforma *Transkribus*, e dele fazem parte paleógrafos, arquivistas e responsáveis dessa mesma plataforma digital. O objetivo principal do TraPrInq é o de criar um modelo de HTR que permita a transcrição automatizada de todos os processos da Inquisição Portuguesa. Na última década houve uma evolução relativa ao reconhecimento de caracteres e letras (OCR, Optical Character Recognition), uma mais valia utilizada nesta investigação. No entanto, o autor reconhece a individualidade de cada mão na escrita, e a necessidade desse reconhecimento, e admite que, quem recorre ao OCR, sabe que o texto impresso para transcrever não pode ser demasiado antigo se se pretendem resultados quase perfeitos. Dessa maneira, apresenta quatro figuras comparando transcrições de páginas impressas e a plataforma *Transkribus* (1 e 2), e uma página original de um processo de Inquisição de Lisboa (3 e 4).

Portanto, pretendendo estudar os processos da Inquisição Portuguesa entre os séculos XVI e XIX, e partindo do princípio de que cada processo é um documento produzido por vários agentes quando se trata de um caso criminal, estes podem ser constituídos por várias mãos. Assim, o objetivo do projeto é, a partir dos processos digitalizados, criar um grande modelo genérico de HTR capaz de reconhecer um número elevado de mãos. Susana Tavares Pedro (equipa de TraPrInq) resumiu um conjunto de princípios orientadores deste tipo de investigação, tais como dedicar tempo a conhecer os textos, elaborar um conjunto abrangente de diretrizes de transcrição e praticar a transcrição com os critérios selecionados. Não obstante, o autor refere que “Uma vez integrada uma quantidade suficiente de informação (as transcrições com o estatuto de verdade de terreno, *ground truth*), efetua-se o treino do modelo que será melhorado pela amplificação da verdade de terreno nos treinos seguintes. [...] Quando começa a dar sinais de grande robustez, o modelo torna-se pouco a pouco o transcritor principal, sendo o transcritor humano chamado a corrigir os erros da transcrição automática” (Ferreira et al., 2024, parágrafo 16). Na nossa perspetiva, estas tecnologias e o avanço que temos vindo a assistir, particularmente nas últimas décadas, podem ser de forma prática bastante úteis para o campo das Humanidades. Ressalvamos o alerta do autor para o erro que este tipo de tecnologia comporta, para o qual devemos estar atentos, embora seria útil ter uma ideia percentual, se possível, da margem desse erro.

Fernanda Olival, Margarida Nunes, Gláucia Wanzeller Martins, Teresa Ferreira, Ana Claro e Patrícia Moita, apresentam uma abordagem material sobre a escrita em *Areia de escrever or arena scriptoria in the materiality of writing: The ink drying processes and their implications*. Esta contribuição reflete sobre a existência de uma areia processada para secar os textos nos séculos XVI–XIX, no território nacional, indicando o seu propósito de utilização, assim como a análise, em laboratório, de vários tipos de areia e minerais, não só numa perspetiva metodológica, mas também analítica. Os aspetos de conservação também são desenvolvidos, tendo em conta a fragilidade da documentação desse período. Efetivamente, são necessários mais estudos sobre esta matéria em Portugal, como

as autoras alertam, assim como a comparação entre a utilização de técnicas e práticas semelhantes em outros países europeus.

A Sigilografia também é um tema abordado nesta obra. Maria do Rosário Barbosa Morujão apresenta uma reflexão minuciosa sobre esta temática em *Sigilografia: Novos caminhos e desafios para o futuro*. De facto, a utilização dos selos por indivíduos e instituições foi transversal na sociedade medieval europeia, visível pela avultada quantidade dos que foram conservados até hoje. A autora elabora uma breve apreciação sobre o rumo da Sigilografia desde 1800 até aos nossos dias, na qual destacamos as publicações sobre o tema e os inúmeros congressos realizados, particularmente desde 1987, com uma óbvia quebra no período da pandemia por COVID-19. No que ao estudo deste tipo de validação diz respeito, a Universidade de Coimbra ocupa tradicionalmente um lugar de destaque fruto dos vários lentes que se dedicaram a esta matéria. Este trabalho estabelece uma ligação entre a Sigilografia e a importância da Heráldica, a História da Arte, a História das Mentalidades, a Cultura Material e as novas tecnologias. Relativamente a esta última, destaca técnicas como o RTI (Reflectance Transformation Imaging) e a digitalização em três dimensões a par da moldagem tradicional, que recorre a materiais que permitem réplicas mais precisas e com menor risco de danos dos originais. O recurso a técnicas de laboratório específicas para o estudo, por exemplo, de cabelos humanos ou impressões digitais, traz novas perspetivas. Também as Humanidades Digitais são um campo relevante, especialmente na reprodução e catalogação *online*, e disponibilização em formato eletrónico de materiais. É exatamente neste mesmo campo que se enquadra o Projeto *Sigillum Portugaliae* do qual a autora é coordenadora, cujo objetivo é a ampliação do estudo do universo dos selos, abrangendo todos os universos sociais e institucionais do Antigo Regime até 1910.

Dois estudos sobre Codicologia também estão presentes nesta obra. O da autoria de Cristina Mantegna, uma reflexão genérica sobre a disciplina, traça a sua evolução ao longo dos séculos até à atualidade. Particularmente relevante é a apresentação do dualismo desta disciplina, em *stricto sensu* científico, à qual pertence a arqueologia do manuscrito, associada a um sentido mais amplo que engloba uma visão multidimensional do estudo dos manuscritos como objeto e fenómeno histórico-cultural. Destacamos, em particular, a chamada de atenção da autora para a necessidade de uma perspetiva mais holística e multidisciplinar, e para a aplicação de métodos quantitativos em contraposição com os qualitativos na mira de tirar conclusões objetivamente aplicáveis. Sublinhamos uma frase da autora, na qual os estudiosos de Codicologia “should always remember that we are historians” (Ferreira et al., 2024, parágrafo 23).

O segundo estudo é da autoria de Gavino Scala que apresenta uma análise de um manuscrito da Bibliothèque Nationale de France, que é uma cópia direta de um outro da Biblioteca Nacional de España, que se enquadram na tradição manuscrita de *Livre du gouvernement des roys et des princes* (tema também da sua tese de doutoramento). O autor correlaciona os dois manuscritos numa dupla vertente, tanto codicológica como filológica. Com efeito, não só demonstra figuras ilustrativas de ambos os manuscritos em análise, como compara as diferentes nuances de excertos do texto, tanto na sua versão em latim como em francês.

Diego Belmonte Fernández expõe as linhas gerais de um projeto de investigação em curso, intitulado *El patrimonio escondido de las collaciones sevillanas: Escritura, documentos y libros*. Esta investigação pretende dar a conhecer o património escrito das *collaciones* urbanas desde 1248 até 1550. Entende-se por *collaciones* “[...] ante todo, un distrito eclesiástico bien delimitado, con una antigua mezquita cristianizada a modo de iglesia, que le suele dar el nombre y constituye el eje social de la vida cotidiana de la comunidad parroquial” (Ferreira et al., 2024, parágrafo 4). O autor dá a conhecer ao público geral as principais vertentes deste estudo, cujos objetivos passam por compreender o volume da documentação conservada, criar uma base de dados e um catálogo geral dos fundos de cada instituição, assim como elaborar um estudo histórico, paleográfico, diplomático e filológico de toda a documentação. Não obstante, também é de especial interesse a preservação desses mesmos documentos, assim como a difusão da informação recolhida através da sua edição digital e a execução de índices onomásticos, toponímicos e de matérias que possibilitarão futuros estudos históricos. Este projeto está fortemente alicerçado não só metodologicamente para cada um dos seus objetivos, como também pela equipa de investigação que o

compõe, contando com a dualidade tanto de especialistas nas diversas áreas de pesquisa, como de jovens investigadores promissores. Apesar da grande dimensão dos objetivos propostos e de o financiamento do projeto ser de dois anos, acreditamos na sua futura e recorrente renovação.

De facto, como bem colocam os responsáveis pela obra na *Introdução*, este livro é essencial para qualquer estudioso interessado na interseção entre as ciências documentais e reconstrução do passado (Ferreira et al., 2024), ou seja, para qualquer historiador. Esperemos que este Congresso, que já vai na sua terceira edição, tenha continuidade num futuro largo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ferreira, A. P., Garcia, L. D., Dores, M., & Sequeira, O. (2024). *Between lines and notarial marks: Documentation sciences in rebuilding the past*. Publicações do CIDEHUS. <https://books.openedition.org/cidehus/24802>

Submissão/submission: 08/05/2025

Aceitação/approval: 30/05/2025

Ricardo Seabra, CIDEHUS, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Polo UAL, Universidade Autónoma de Lisboa, 1169-023 Lisboa, Portugal. rseabra@autonoma.pt
<https://orcid.org/0000-0002-4627-9188>

Seabra, R. (2025). Ferreira, A. P., Garcia, L. D., Dores, M., & Sequeira, O. (2024). *Between Lines and Notarial Marks: Documentation Sciences in rebuilding the past*. Publicações do CIDEHUS. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (23) 1-4.
<https://doi.org/10.48751/CAM-2025-23418>

Licença Creative Commons CC-BY-NC 4.0